

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20	198
PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL	
Vitor Trein Lucca João da Jornada Fortes Filho Laura Perin Lucca Antônio Vanderlei Dos Santos Mauro Cesar Marchetti	
DOI 10.22533/at.ed.12519030420	
CAPÍTULO 21	207
PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU	
Karinny Lima de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030421	
CAPÍTULO 22	216
PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER	
Kátia Farias Antero Maria do Socorro Moura Montenegro Anderson Franklin do Rego Antero Thays Evelin da Silva Brito	
DOI 10.22533/at.ed.12519030422	
CAPÍTULO 23	227
PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO	
Eleneide Menezes Alves Romildo de Albuquerque Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030423	
CAPÍTULO 24	236
PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO	
Maria José Fernandes Torres Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares Fábio Alexandre Araújo dos Santos Keila Cruz Moreira Carlos Eduardo Araújo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.12519030424	
CAPÍTULO 25	252
PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Dayane Priscilla Bernardes Anjos Franciela Félix de Carvalho Monte	
DOI 10.22533/at.ed.12519030425	

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes José Vinícius Lopes da Silva Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos Luciano Godinho Almuinha Ramos Yasmin Saba de Almeida Márcia Cristina Alves Bezerra Rafael dos Santos Costa Aldenora Santana de Oliveira Caroline Brelaz Chaves Valois Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares Maria do Carmo Lima Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR

Janice Pereira Lopes

Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Matemática e Estatística
Goiânia – Goiás

Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago

Universidade Federal de Goiás – UAE Ciências
Humana e Letras
Jataí – Goiás

RESUMO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), programa do Governo Federal de incentivo à valorização do magistério e ao aprimoramento da formação de professores para a educação básica, no âmbito da UFG tem suscitado reflexões diversificadas acerca da formação de professores e à profissionalização docente que podem e precisam ser tratados reflexiva e criticamente por todos que dele participam. Elementos que transbordam aqueles relacionados aos conteúdos disciplinares e suas respectivas metodologias precisam encontrar espaço nas pautas do Programa. Por isso, tendo em vista que a educação pública no Brasil vem sendo ameaçada por reformas e projetos fundamentados numa mudança drástica da racionalidade organizacional da educação e que, no estado de Goiás, em especial, um movimento preocupante de entrega da gestão da escola pública para empresas privadas

tem sido orquestrado pelo projeto que prevê o repasse de unidades escolares do estado para a gestão de Organizações Sociais (OSs), o Pibid/UFG desenvolveu um Projeto intitulado “*Pibid/UFG analisa: as Organizações Sociais na Escola Pública em Goiás*”, que propôs analisar o processo de implantação de OSs na educação pública de Goiás. Nosso objetivo com este artigo, além de apresentar informações sobre a ampla dimensão formativa e investigativa intrínseca ao Pibid, é oferecer dados promovidos por esse projeto e pela percepção de que inserir-se em Programas como o Pibid significa, também, identificar e investigar aspectos mais amplos da educação básica que perpassam por elementos políticos, jurídicos e, inclusive, éticos que dialogam com a formação e atuação docente dos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Pibid; Formação de professores; Escola pública; Privatização; Organizações Sociais.

PUBLIC POLICIES AND TEACHING TRAINING: PIBID AS A SPECULATION AND CRITICAL TEACHER TRAINING AREA

ABSTRACT: The Institutional Scholarship Initiative Program (Pibid), a program of the Federal Government to encourage the valorization of teaching and the improvement of teacher training for basic education, in the

scope of the UFG has given rise to diverse reflections on teacher training and teachers who can and should be treated reflexively and critically by all who participate in it. Elements that overflow those related to the disciplinary contents and their respective methodologies need to find space in the Program's guidelines. Therefore, in view of the fact that public education in Brazil has been threatened by reforms and projects based on a drastic change in the organizational rationality of education, and that in the state of Goiás, in particular, a disturbing movement of delivery of public school management to private companies have been orchestrated by the project that provides for the transfer of state school units to the management of Social Organizations (OSs), Pibid / UFG has developed a Project titled "Pibid / UFG analyzes: Social Organizations in Public School in Goiás" who proposed to analyze the process of implementation of OSs in public education in Goiás. Our objective with this article, besides presenting information about the broad formative and investigative dimension intrinsic to Pibid, is to offer data promoted by this project and by the perception that, in programs such as Pibid also means identifying and investigating broader aspects of education basic that pass through political, legal and even ethical elements that dialogue with the education and teaching performance of those involved.

KEYWORDS: Pibid; Teacher training; Public school; Privatization; Social Organizations.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - foi instituído pelo Governo Federal em dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa nº 38, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 13 de dezembro de 2007, com a finalidade de contribuir com a formação docente por meio da inserção de alunos de cursos de licenciatura em escolas públicas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) se caracteriza, desde a sua primeira edição em 2008, como um programa de incentivo ao aprimoramento da formação de professores para a educação básica e à valorização do magistério. O programa concede bolsas a alunos de cursos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. A primeira edição do PIBID iniciou suas atividades em 2009, envolvendo pouco mais de 3000 bolsistas oriundos de 43 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na edição regulamentada pelo Edital Capes 61/2013, desenvolvida entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2018, o Pibid alcançou um montante de 90.254 bolsistas, vinculados a 284 instituições públicas e privadas, distribuídas em mais de 800 (oitocentos) campi universitários.

Os projetos promovem a inserção de licenciandos no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob a orientação de um docente da licenciatura (Coordenador

de área) e de um professor da escola pública parceira (Supervisor). Nestes termos, o Pibid se configura num programa com foco central na formação inicial dos estudantes das licenciaturas, porém, a partir do seu desenho e das dinâmicas organizacionais que regem o programa, também se torna espaço de formação continuada para professores das escolas-campo envolvidas e para os docentes das instituições de ensino superior participantes.

Além disso, embora a concessão de bolsas, em especial para os estudantes, caracterize um de seus fundamentos e também razão de parte de seus impactos positivos na formação e, principalmente, na permanência e êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura, o Pibid não deve ser avaliado somente como um programa de bolsa. Seus objetivos e impactos vão muito além. Isso porque os licenciandos se envolvem em ações pedagógicas no cenário real das escolas públicas de educação básica, exercendo atividades que contribuem para uma maior articulação entre os conhecimentos acadêmicos, teóricos e práticos, obtidos em seus cursos e os conhecimentos experienciais advindos do cenário da escola, das práticas em sala de aula e também de gestão escolar.

Como consequência, esse diálogo - sustentado por uma relação horizontalizada entre universidade e escola de educação básica - tem potencializado melhorias significativas tanto para a formação inicial e continuada dos envolvidos quanto para a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas e nas IES formadoras. De tal monta que, em seu ainda curto período de existência, o Pibid vem se materializando como uma política pública de forte impacto na melhoria da formação inicial e continuada de professores. Inclusive, pode ser considerada a maior e mais exitosa política pública voltada para a formação inicial de professores para a educação básica, sendo citada em documentos nacionais importantes, tais como: o PNE (Plano Nacional de Educação) - 2014/2024, que traz em sua Meta 15 a necessidade de ampliação de programa permanente de iniciação à docência para estudantes matriculados em cursos de licenciatura, como meio de incentivo à formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública, considerando este um dos elementos facilitadores para o cumprimento da referida meta.

A própria LDB/1996 cita em seu Art. 62, Parágrafo 5º (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013), que o incentivo à formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública será realizado por parte da União, o Distrito Federal, dos Estados e Municípios por meio de *“programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior”* (LDB, 1996).

Em suma, o Pibid tem-se apresentado ao longo dos últimos anos como uma experiência exitosa e uma estratégia ímpar para a construção de formas orgânicas de colaboração entre os sistemas de ensino e para uma melhor articulação do próprio Sistema Nacional de Educação.

Os impactos do Pibid têm se ampliado a partir do crescimento exponencial do

programa, especialmente a partir do Edital de 2013 (Edital Capes 61/2013), da evolução e regulamentação sistemáticas dos editais de seleção de projetos e bolsistas, bem como da quantidade expressiva de instituições e escolas públicas de educação básica participantes. Além, claro, do montante relevante de estudantes de educação básica beneficiados, direta e indiretamente, pelas ações do Programa.

Os objetivos que constam na página do Programa, disponibilizada no Portal da Capes, são os seguintes:

- ✓ incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- ✓ contribuir para a valorização do magistério;
- ✓ elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- ✓ inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- ✓ contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) tem projetos institucionais do Pibid aprovados desde o primeiro edital lançado pela CAPES em 2007 e, ao longo de todos esses anos de desenvolvimento do Programa no âmbito da instituição, persegue os objetivos propostos pelo Governo Federal sem esquecer um aspecto fundamental: a dimensão política do ato pedagógico, tendo em vista que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). E, ainda, porque tal qual defende Kincheloe (1997), acredita-se que a formação pedagógica do professor é inerentemente política, pois a formação recebida, mais ou menos crítica, influencia diretamente na forma como nos posicionamos diante do que acontece à nossa volta.

Nessa perspectiva o Pibid carrega, em seu bojo, um rol diversificado de elementos ligados à formação de professores e à profissionalização docente que podem e precisam ser tratados reflexiva e criticamente pelas ações do programa. Elementos que transbordam aqueles relacionados aos conteúdos disciplinares e suas respectivas metodologias também precisam encontrar espaço nas pautas do Programa. Questões ligadas à ética profissional, à compreensão de questões legais e jurídicas que regem a profissão docente, às condições materiais de trabalho, conflitos e contradições

inerentes à docência e sua valorização, entre outros, precisam ser reconhecidos como precursores de uma formação mais lúcida e mais crítica do licenciando. Leitura crítica também, e fundamentalmente, acerca das condições materiais, limitações e possíveis engessamentos que o próprio Programa tem trazido ao longo de suas distintas edições, editais e normatizações.

O Pibid, portanto, além de se caracterizar como um programa destinado à aproximação efetiva do licenciando com o seu futuro cenário de atuação e com as diversas nuances que constituem a profissionalização do professor, incorpora caráter fundante na constituição profissional do licenciando em formação. Investir no Pibid e fortalece-lo é, portanto, a médio e longo prazo, investir na qualidade da educação pública em suas distintas dimensões e na profissionalização do professor de maneira mais crítica e sintonizada com as vicissitudes dos tempos-espços da docência na educação básica pública.

Na contramão desse quadro, a educação pública no Brasil vem sendo ameaçada por reformas e projetos fundamentados numa mudança drástica da educação e de suas diretrizes. Tais projetos modificam a estruturação e os princípios básicos da educação pública. O direito a uma educação pública, gratuita, de qualidade e, necessariamente, de gestão pública e democrática tem sido gradativamente comprometido. Propostas assentadas num evidente desmonte da escola pública são apresentadas, pelos quatro cantos do país, sob o argumento de uma suposta inovação que, por sua vez, está pautada exclusivamente no ranqueamento, no alcance de metas e índices quantitativos (tais como o IDEB) considerados parâmetros suficientes para avaliação da escola e da formação ofertada.

O próprio Pibid tem sido atacado por reformas no mínimo apressadas e que não têm zelado por uma discussão ampla envolvendo os sujeitos imersos nos distintos níveis de execução e avaliação do Programa. As reflexões acerca das atuais modificações do Pibid e das políticas públicas nacionais mais recentes voltadas para a educação básica e a formação de professores, embora prementes e fundamentais, não serão aprofundadas nesse texto. Isso por considerar que tais discussões exigem espaço específico que garanta um trato adequado e mais robusto da temática.

No Estado de Goiás, em especial, um movimento preocupante de entrega da gestão da escola pública para empresas privadas, intensificado a partir da primeira metade do ano de 2015, tem sido orquestrado pelo projeto que prevê o repasse de unidades escolares do estado para a gestão de Organizações Sociais (OSs). O governo do Estado de Goiás anunciou a pretensão de implantar Organizações Sociais na área da educação pública, a exemplo do que já fora realizado no Estado no campo da saúde pública. Tal intenção foi objetivamente expressa em diferentes documentos oficiais publicados no decorrer do ano de 2015 e de 2016.

Na intenção de contribuir para a ampliação do debate, o Pibid/UFG, através da sua coordenação institucional e numa parceria com seus subprojetos, desenvolveu um Projeto de Extensão e Cultura, intitulado *“Pibid/UFG analisa: as Organizações*

Sociais na Escola Pública em Goiás”, que analisou a partir de diferentes aspectos o projeto de implantação de Organizações Sociais na gestão educação pública de Goiás. O objetivo deste texto, além de apresentar particularidades relevantes sobre o Pibid, é de partilhar algumas das reflexões promovidas por esse projeto.

2 | O PIBID ENQUANTO ESPAÇO DINÂMICO DE FORMAÇÃO DOCENTE: PARA ALÉM DE QUESTÕES METODOLÓGICAS E DE CONTEÚDO

Schön (1992), ao trazer em seus escritos o debate sobre profissional reflexivo, nos fornece a base teórica para propor ações de formação docente no Pibid que possibilitem o desenvolvimento de um trabalho sedimentado em uma prática reflexiva e investigativa. Essa forma de conceber a formação dos bolsistas de iniciação à docência faz com que privilegiemos a análise das situações de ensino a partir dos conteúdos curriculares e dos saberes docentes aprendidos nos cursos de licenciatura sem se esquecer de sua inter-relação com a prática e com a realidade problematizada. Nessas análises, as propostas de solução de problemas apresentadas pelos acadêmicos sob a orientação do Supervisor (professor da escola parceira) precisam ser o eixo condutor das ações do Pibid. O exercício da autonomia passa pela reflexão/investigação por parte dos estudantes sobre suas ações, após o desenvolvimento de estratégias elaboradas por eles, a partir de uma perspectiva dialógica incentivada no Pibid-UFG. Assim, as equipes que constituem os projetos do Pibid-UFG enfrentam o desafio de desenvolver um trabalho colaborativo, em que Coordenador de Área (professor do ensino superior), Supervisor (professor da educação básica) e Bolsistas de Iniciação à Docência (licenciandos) estabeleçam um profícuo diálogo a fim de buscar propostas significativas que visem tanto à melhoria das ações pedagógicas nos contextos escolares em que os projetos são executados quanto a uma formação profissional diferenciada e crítica do licenciando.

Os aspectos positivos que emergem das características e objetivos traçados para o Pibid são inquestionáveis. O programa, enquanto uma proposta voltada para a formação inicial de professores e a inserção antecipada dos licenciandos no espaço escolar, também vem estimulando oportunidades formativas ímpares quando consideradas à luz da natureza multifacetada da escola e da função docente.

Nesse cenário, questões diversas relacionadas à função e atuação do professor, nas diferentes áreas de conhecimento, encontram terreno fértil para serem mais bem conhecidas, discutidas e problematizadas. Reflexões sobre conteúdos específicos e suas demandas metodológicas, sobre a prática pedagógica do professor e suas implicações nos processos de aprendizagem, discussões sobre meios e estratégias mais adequadas de avaliação da aprendizagem e dos objetivos de ensino e, inclusive, a reflexão crítica em torno de políticas públicas que estruturam os espaços escolares e a carreira docente, ganham novas matizes a partir de reflexões teórico-práticas

pautadas no contexto da práxis educativa.

Nesses moldes, portanto, os cenários formativos oportunizados pelo Pibid fomentam uma *“revalorização epistemológica da experiência”* (CANÁRIO, 2001). Isso porque as ações desenvolvidas no âmbito do Programa permitem, por meio da convivência efetiva com a realidade da escola, uma compreensão mais ampla e mais lúcida da educação escolar e suas facetas. Compreensão esta que, quando dialoga com a realidade concreta daquele espaço, assume dimensões que possibilitam o enfrentamento crítico de necessidades, de problemáticas sociais e estruturais presentes na escola pública.

Canário (2001) defende que a *“revalorização epistemológica da experiência”*, no âmbito dos processos formativos, está fortemente relacionada com o conceito de *“alternância”*. O conceito de *“alternância”*, de acordo com o autor, está intimamente ligado *“a existência de um movimento pendular de vai-e-vem entre dois espaços fisicamente distintos: por um lado a escola profissional (de formação), por outro lado, o contexto do exercício profissional (da situação de trabalho)”* (Idem, p.9). Essa relação, no entanto, não se caracteriza simplesmente em um movimento de vai e vem entre dois espaços físicos. Ela precisa ser percebida num sentido mais amplo, *“como um vaivém entre idéias e experiências, ou seja, entre teoria e prática, tornando possível o ciclo recursivo entre aprendizagem simbólica e aprendizagem experiencial”* (CANÁRIO, 2000a, p. 40-41).

Assim, considerando a amplitude de aspectos que estruturam e norteiam a atuação docente na educação básica, é mister que os licenciandos experienciem a multiplicidade de contornos da esfera escolar, desde o espaço da sala de aula até aspectos do campo da gestão escolar, das políticas públicas e governamentais que normatizam a escola e, também, daquelas que estruturam as condições de trabalho e a profissionalização do professor.

3 | AS OSS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS: INTERFACES COM O PIBID/ UFG E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

A primeira abordagem sobre Organizações Sociais (OSs) no Brasil, em termos de legislação e política governamental, ocorreu em 1995. O Presidente da República, à época, publicou uma proposta denominada Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado, na qual as OSs figuravam como instrumentos factíveis e destinados à gerência e descentralização de serviços públicos não exclusivos do Estado.

O anseio por uma administração pública estruturada na lógica da eficiência e pautada numa perspectiva gerencial, entre outras inovações, dava origem a um projeto de lei destinado à *“publicização dos serviços não exclusivos do Estado”*, significando na prática a transferência de tais serviços do setor estatal para o público não estatal, no qual assumiriam a estruturação de Organizações Sociais. Em termos

gerais, o projeto que instituiu as OSs tinha como objetivo permitir a descentralização de atividades realizadas pelo setor de prestação de serviços não exclusivos, a partir do pressuposto de que os serviços seriam mais eficazmente realizados se ofertados pelo setor público não estatal e mantendo o financiamento do Estado (BRASIL, 1995).

Nestes moldes, as Organizações Sociais se caracterizam como entidades privadas que gozam de autorização legal para celebrar contratos de gestão com o Poder Executivo, quando houver interesse deste, adquirindo direito a dotação orçamentária específica e, inclusive, com considerável autonomia administrativa e de gestão dos recursos públicos recebidos.

Em Goiás, como já foi mencionado, o governo do Estado tem colocado em ação um projeto que pretende implantar e, em médio prazo, expandir a presença de Organizações Sociais na área da educação pública.

A proposta tem sido objeto de intensas manifestações por parte de diferentes setores da sociedade. Movimentos e sindicatos de professores, estudantes universitários e secundaristas, protagonizaram diferentes ações de oposição, com destaque para a ocupação de escolas públicas pelos estudantes ao longo do ano de 2016. No interior da Universidade Federal de Goiás, o projeto do governo também produziu reflexões e posicionamentos. Diferentes departamentos da universidade e os sindicatos dos professores da UFG (ADUFG, ADCAC e ADCAJ) lançaram notas de repúdio à proposta e às suas implicações. Pesquisadores produziram, e seguem produzindo, artigos sobre os Editais de seleção das OSs, questionando pontos nevrálgicos do documento, apontando possíveis impactos gerados na educação pública e na valorização do professor caso o projeto se materialize. Simpósios, Mesas Redondas e Palestras foram promovidos no interior da Universidade Federal de Goiás, principalmente nos anos de 2015 e 2016, com a finalidade de dar maior visibilidade à problemática e ampliar os espaços de discussão e reflexão no contexto da comunidade universitária e civil, em geral.

Apesar do número significativo de posicionamentos advindos de diferentes segmentos da comunidade universitária, em sua grande maioria contrários à ampla inserção de OSs na gestão das escolas públicas do estado, não existiu um espaço institucional articulado coletivamente que, respeitando a pluralidade inerente à comunidade universitária e não universitária, promovesse uma análise técnica e científica do projeto e de suas consequências. Até o momento o projeto segue sendo materializado sem que questões importantes sejam esclarecidas e/ou reflexões mais amplas e abertas sejam realizadas junto aos sujeitos e comunidades envolvidas.

Notoriamente, a incorporação desse modelo de gestão na esfera das escolas públicas de Goiás traz implicações preocupantes para o próprio espaço da Universidade. Sobremaneira, porque a Universidade Federal de Goiás se constituiu, ao longo das suas mais de cinco décadas de história, em uma instituição que forma anualmente um número significativo de professores, que, em sua maioria, acabam por desempenhar a docência em escolas públicas no Estado.

Nesse cenário, o Pibid/UFG, por meio dos seus subprojetos e das distintas edições já realizadas, tem se tornado um canal frutífero para o trato e problematização de questões preocupantes e fundamentais para o cenário da formação, atuação e valorização de professores para a educação básica pública. O programa, por sua vez, também se materializa em um forte canal de diálogo e vínculo entre a universidade e as escolas públicas haja vista o trabalho realizado pelo Programa, nas diferentes edições, na promoção da iniciação à docência de estudantes de licenciatura.

A constituição de um espaço institucional articulado coletivamente, garantindo a participação da comunidade não universitária e das comunidades escolares das unidades atendidas pelos subprojetos do Pibid (e de outras também), que se dedique a analisar, minuciosamente, técnica e cientificamente o projeto de implantação de OSs na educação pública de Goiás parece fundamental. Por perceber a iminência destas reflexões, bem como da promoção de um espaço amplo de debate e de socialização de conhecimentos sobre o Projeto de OSs na Educação, produzidos por meio de relatórios, artigos, análises e da produção de um parecer técnico e científico, o Pibid/UFG, em diálogo com seus subprojetos, desenvolveu no segundo semestre de 2016 as etapas preliminares do Projeto *“Pibid/UFG analisa: as Organizações Sociais na Escola Pública em Goiás”*.

4 | O PROJETO PIBID/UFG ANALISA: ESTUDOS PRELIMINARES E ALGUNS INDÍCIOS ACERCA DAS IMPLICAÇÕES DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS VIA OSS

O projeto do Governo do Estado de Goiás que propõe o repasse da gestão de escolas públicas para as OSs foi apresentado sem ampla discussão e avaliação por parte das comunidades escolares envolvidas e da sociedade em geral. Além disso, apesar do número significativo de posicionamentos contrários, a iniciativa do governo vem sendo desenvolvida e construída à parte, inclusive, de um número significativo de estudos já realizados e publicizados que tratam da ineficácia desse modelo, já explorado e abandonado em outros países em razão da não garantia da propagada melhoria e inovação do ensino.

O modelo das Charter School (Escolas Charter) tem sido apontado no Brasil como a principal referência de excelência para a implantação das OSs na educação básica pública. As Escolas Charter são um modelo de escola originado na década de 1980, ainda adotado em alguns países, e configuram-se em instituições que recebem financiamento do governo, mas operam de forma independente do sistema de ensino público. Freitas (2015) aponta que o desempenho e efeitos colaterais da implementação desse modelo de escola nos Estados Unidos e em outros países, além de não concretizar efetiva melhora, ainda materializa, em grande escala, a segregação racial

e social entre estudantes e escolas, mantendo a lógica de precarização de escolas de periferia para onde são destinados, ou mantidos, os alunos que não correspondem ao desempenho ou comportamento estandardizados pelas *charter schools*.

Contraditoriamente, a despeito dos estudos já realizados sobre os polêmicos e preocupantes resultados produzidos pelo modelo das *charters schools* no cenário internacional, e dos evidentes indícios de baixa eficiência desta estratégia privatista, seja em termos de aumento das médias em testes e avaliações externas ou de seus efeitos na exclusão social, o projeto está em fase de consolidação em algumas unidades escolares em Goiás, e com pretensa intenção de ser ampliado para outras. Desde o início do ano de 2016, foram lançados 3 (três) Editais, repletos de irregularidades, destinados à seleção de OSs para gerir, inicialmente, 23 (vinte e três) escolas públicas estaduais localizadas na cidade de Anápolis.

Dentre as irregularidades está a ausência do princípio da gestão democrática do ensino, a possibilidade do uso indevido de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o prazo excessivo dos contratos a serem firmados entre OSs e governo (12 anos no total), os valores díspares estipulados por alunos no edital, etc. A ação também aponta para a falta de credenciamento e idoneidade das OSs até então classificadas.

Diante da infinidade de incoerências e contradições que cercam o projeto de implantação de OSs na gestão de escolas públicas no estado de Goiás e da íntima ligação entre este e os cursos de licenciatura ofertados pela universidade, e pela formação e futura atuação dos licenciandos egressos destes cursos, se percebeu relevante e fundamental que um estudo mais aprofundado fosse realizado, não só para a avaliação técnica e científica da proposta como para uma divulgação ampla e garantia de acesso a documentos acerca dela e de suas implicações e limitações. É amparado nesses objetivos e preocupações que o Pibid/UFG realizou estudos e análise de documentos oficiais que norteiam essa proposta, na intenção de compilar e divulgar informações, mas, sobretudo, no afã de fomentar um diálogo público mais amplo e mais crítico acerca deste processo e de suas consequências, seja para a gestão das escolas, para a atuação e profissionalização de professores e, também, para as comunidades escolares atendidas pelas escolas envolvidas na primeira fase do projeto.

A metodologia de execução do projeto *“Pibid/UFG analisa: as Organizações Sociais na educação pública em Goiás”* foi organizada a partir das seguintes etapas: mobilização das unidades acadêmicas da universidade envolvidas com o Pibid em todos os *campi*; criação de grupos de estudos organizados a partir de diferentes temáticas para a análise de documentos oficiais relativos ao Projeto de OSs; criação de um site destinado à socialização dos documentos oficiais disponíveis, teses e dissertações sobre o tema, bem como dos relatórios e do parecer técnico-científico produzidos no âmbito do projeto; organização de mesas redondas na universidade e

nas escolas para a discussão do projeto do governo; constituição de Comissão para Redação do Parecer; e a última etapa, realização de Plenária para ajuste da versão preliminar do Parecer técnico-científico produzido e a aprovação coletiva do mesmo.

O parecer, em fase de burilamento, pretende produzir informações pertinentes sobre o modelo proposto pelo governo, analisando-o em termos jurídicos, profissionais, econômicos, sociais e pedagógicos, apresentando conclusões sobre os seus possíveis impactos na educação pública de Goiás, bem como na profissionalização, atuação e valorização de professores no contexto da educação básica pública do Estado.

Os estudos e experiências preliminares construídas até o momento pelo projeto ampliaram vultosamente as reflexões acerca da formação de professores e a necessária vinculação deste processo formativo às demandas emergentes e atuais que circundam os cenários da escola pública, da educação e suas diretrizes. Como consequência imediata se percebeu a ressignificação, especialmente por parte dos licenciandos, do Pibid enquanto um espaço orgânico para a problematização e compreensão de aspectos materiais, éticos e jurídicos que regem a profissão docente, além de conflitos e contradições inerentes à docência, a sua valorização e às políticas e diretrizes que a norteiam.

Também se evidenciou um expressivo amadurecimento dos licenciandos, em decorrência do seu engajamento nos Grupos de Estudos e da apropriação de dados e conhecimentos acerca das temáticas debatidas, das legislações vigentes e seus impactos. O que, no limite, tende a fomentar uma formação mais crítica e abrangente dos licenciandos e dos demais sujeitos envolvidos. Em tempo, cabe ressaltar que tais dados e conhecimentos até então eram de difícil acesso e compreensão, haja vista o movimento silencioso e unilateral empreendido pelo Governo do Estado para a normatização e implantação das OSs na educação pública de Goiás.

Em suma, o que se percebe acerca do projeto de incorporação das OSs à educação básica pública é um amplo esforço de desresponsabilização do Estado com a educação pública e uma tentativa de induzir a sociedade à falsa ideia de redução de custos, que, na prática, implica na precarização ainda maior da educação pública e do trabalho/carreira docente, bem como na ampliação das desigualdades já existentes nos sistemas de educação pública brasileiros. Nestes moldes, política educacional passa a ser feita com base em pautas empresariais e de mercado. Pautas maquiadas por um discurso que tenta legitimar a eficácia da lógica da iniciativa privada no âmbito das escolas. Claramente, faltam evidências concretas quanto às efetivas contribuições do repasse da gestão das escolas públicas para as OSs. Reduzir investimentos na área educacional, eliminar servidores públicos e reduzir gastos, atendendo à lei de responsabilidade fiscal, já que gastos com OSs não contam na lei de responsabilidade fiscal, abandonar ou extinguir escolas de maior dificuldade e com pior índice de avaliação, figuram entre os contraditórios e duvidosos benefícios desta iniciativa. Em síntese, o que está em tramitação e, infelizmente se materializa no horizonte, não é uma reforma educacional, mas, sim, uma reforma fiscal.

A continuidade dos estudos, bem como o parecer técnico científico elaborado ao final do projeto, que está em fase de aprimoramento da redação final, trará à baila ainda mais elementos que oportunizem uma avaliação mais ampla e consistente a respeito dos impactos, de naturezas distintas, ocasionados pelo modelo proposto pelo governo, de entrega da gestão da educação pública de Goiás às OSs. Aspectos éticos, jurídicos, profissionais, econômicos, sociais e pedagógicos, e os possíveis impactos na educação pública do Estado, estruturam os documentos elaborados e o próprio parecer.

Além disso, e de maneira extensiva, aponta para questões igualmente cruciais sobre que educação se pretende construir, para quem e para qual tipo de sociedade. Análises acerca de iniciativas de outra grandeza, de privatização, de militarização de unidades escolares públicas, de projetos/iniciativas que ameacem, em maior ou menor monta, a manutenção da escola pública de gestão pública, seus princípios básicos e constitucionais de acesso e equidade, ou ainda aqueles que impliquem numa precarização ainda maior das escolas públicas e do trabalho docente em Goiás e no Brasil, tem sido desencadeadas como consequência e ampliação dessa primeira iniciativa de extensão e pesquisa do Pibid/UFG.

Não há dúvidas de que o Pibid, em suas diferentes frentes de ação e reflexão, tem sistematizado referências (teóricas e práticas) para a construção de caminhos factíveis que garantam, num presente e futuro próximos, o amplo direito a educação pública de qualidade, gratuita e, necessariamente, de gestão pública e democrática a todos e todas.

5 | À GUIZA DE CONCLUSÃO...

O Pibid contribui para uma análise reflexiva da prática docente que resulta na formação de uma identidade profissional, que permite que os bolsistas/licenciandos, quando forem professores, possam ultrapassar as barreiras da gestão autoritária, dos planejamentos pré-elaborados, da hierarquização existente numa cultura tecnocrática e assim garantir uma docência compartilhada, uma aprendizagem significativa que resulte em indivíduos educados para o saber reflexivo e não unicamente para o saber fazer.

Assim, o programa passa a ser um importante aliado na formação inicial de novos professores, de forma que institui um recurso que promove discussões das concepções de ensino e redireciona o olhar docente para um campo de ensino fundamentado na investigação, permitindo o conhecimento da pluralidade, pedagógica, metodológica, política, etc, do ambiente escolar e fornecendo experiências fora do espaço acadêmico e igualmente cruciais à profissionalização docente.

A análise de projetos e reformas que ameacem a manutenção da escola pública ou impliquem numa precarização ainda maior das escolas e do trabalho docente

como elemento estruturante da formação inicial, a ampliação das reflexões acerca da formação de professores e a necessária vinculação deste processo formativo às demandas emergentes e atuais que circundam os cenários da escola pública e da educação, figuram como princípios básicos e essenciais à formação inicial adequada e almejada de professores. O Pibid/UFG tem se configurado em um espaço amplo e híbrido para o fomento e garantia de uma formação inicial sintonizada com tais princípios. Uma formação crítica mais ampla dos licenciandos, em decorrência do seu engajamento nos grupos de estudos e da apropriação de dados e ampliação de conhecimentos acerca das temáticas discutidas, também tem se mostrado como um dos resultados positivos.

A oportunidade de que os licenciandos, futuros professores, vivenciem de maneira concreta e ampla as vicissitudes e contradições do cenário escolar, agrega ao processo de formação deste estudante um novo status, alimentado pela leitura crítica e reflexiva da experiência. Nessa perspectiva, de acordo com Canário (2000), valorizar a experiência implica, sobretudo, aprender a aprender com a experiência, o que, frequentemente, ocorre a partir da crítica e da ruptura com essa experiência, e que não significa qualquer tipo de subestimação da teoria. Nestes moldes, o professor, como profissional, e o licenciando, enquanto profissional em formação, incorporam status de um analista simbólico a quem compete equacionar e (re)construir problemas, no terreno da prática, marcada pela incerteza e a complexidade (CANÁRIO, 2000).

Assim, por meio de estudos e experiências que problematizem a realidade objetiva na qual os licenciandos transitam, por intermédio das ações do Pibid, e na qual atuarão futuramente, é que uma formação inicial crítica e ampla tem sido incentivada no âmbito dos cursos de licenciatura da UFG. Formação essa que, à luz das considerações feitas até aqui, está alicerçada na máxima de que, conforme sugere Freire (1987), os homens se educam entre si e mediatizados pelo mundo. E é exatamente essa mediação que possibilita o enfrentamento crítico e reflexivo de necessidades e problemáticas sociais e estruturais que permeiam a escola pública e a sua defesa, bem como a superação das contradições existentes dentro e fora dela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

CANÁRIO, Rui. “A ‘aprendizagem ao longo da vida’. Análise crítica de um conceito e de uma política” In: **Revista de Psicologia da Educação**, 10/11. São Paulo: 2000, p. 29-52.

_____. **A prática profissional na formação de professores**. Texto apresentado no Colóquio Formação Profissional de Professores no Ensino Superior. INAFOP: Aveiro, 2000a.

_____. **O papel da prática profissional na formação inicial e contínua de professores**. In: MEC – Secretaria de Educação Fundamental – Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação Formação de Professores. Brasília: 15/19 Outubro de 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos. **Goiás: Secretária “cria” justificativas para aventura privatista**, 2015. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2015/12/09/goias-secretaria-cria-justificativas-para-aventura-privatista/>>. Acesso: 05 de mar. 2016.

KINCHELOE, J. L. **A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-modernismo**. Artes Médicas: Porto Alegre, p. 11-25, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. **In:** Antonio Nóvoa (Coord.) (1992). **Os professores e a sua formação**, Lisboa, Dom Quixote e IIE.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125